

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Prefeitura Municipal de Paranhos Gabinete do Prefeito

LEI No. 380/2006

"Dispõe sobre as normas de regulamentação para o funcionamento de Borracharias e depósito de pneus usados".

Dirceu Bettoni, Prefeito Municipal de Paranhos, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu, sanciono a seguinte Lei:

A instalação e funcionamento de borracharias e deposito de pneus, no Município de Paranhos obedecerão as seguintes normas:

ARTIGO 1º - A concessão de alvará para funcionamento de novas borracharias, ficará condicionado a construção prévia de um depósito coberto, a ser feita pelo proprietário, para a guarda de pneus usados.

ARTIGO 2º - Os estabelecimentos já em funcionamento terão prazo de 180 dias a contar da promulgação desta lei para construção do depósito para a quarda de pneus.

ARTIGO 3º - O depósito deverá estar localizado em local de fácil acesso para que os fiscais da vigilância sanitária possam fazer as devidas inspeções, visando a não proliferação de mosquitos transmissores de doenças infecto contagiosas;

ARTIGO 4º - Caberá ao setor competente da Prefeitura Municipal, providenciar o recolhimento dos pneus quando o depósito estiver com sua capacidade de armazenamento esgotada;

PARAGRAFO ÚNICO – Fica sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal o destino final dos pneus usados recolhidos, de acordo com a legislação vigente;



Av. Marechal Dutra n° 1500 - Centro - Paranhos-MS - CEP 79.925-000- Fone (0XX67) 480-1205 Fax (0XX67) 480-1225 E-mail- pmparanh@terra.com.br





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Prefeitura Municipal de Paranhos Gabinete do Prefeito

ARTIGO 5º - A renovação de Alvará de funcionamento de borracharias e depósitos de pneus, e estará condicionado a construção dos referidos depósitos;

DAS PENALIDADES

occorrecte contracte contracte contracte contracted and an analysis of the contracted contracted and an analysis of the contracted contracted contracted and an analysis of the contracted contracted

ARTIGO 6º - Por infração nos dispostos dos artigos anteriores, se aplicará multa de 100 UFERMS, a ser aplicada pelos agentes fiscalizadores, e recolhido aos cofres municipais;

ARTIGO 7º - A renovação de Alvará de funcionamento se condicionará ao pagamento da multa mencionada no Artigo anterior;

ARTIGO 8º - Esta Lei entrará em vigor após sua promulgação, devendo haver ampla divulgação e comunicação às partes abrangentes.

Gabinete do Prefeito, aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e seis.

DIRCEU BETTONI Prefeito Municipal

